

NOVO HORIZON PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da

Novo Horizon Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Novo Horizon Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 17 de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Novo Horizon Participações S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 17 de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412-O

Novo Horizon Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado
		2021	2021
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.126	63.743
Disponibilidade da rede elétrica	5	-	16.620
Impostos a recuperar	6	-	1.180
Dividendos a receber	24.1	44.564	-
Ativos de concessão	7	-	120.397
Outros ativos	9	-	1.595
		54.690	203.535
Não circulante			
Cauções e depósito vinculados	8	-	16.603
Ativos de concessão	7	-	1.067.896
Outros ativos	9	-	30
Investimentos em sociedades controladas	10	834.524	-
Imobilizado		-	20
Intangíveis	11	-	438.720
		834.524	1.523.269
Total de ativos		889.214	1.726.804
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Tributos a recolher	12	-	2.073
Fornecedores	13	59	16.396
Salários e encargos sociais		-	157
Empréstimos e financiamentos	14	-	7.315
Debêntures a pagar	15	-	21.126
Provisões	17	-	3.671
Outras contas a pagar		-	3.514
		59	54.252
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	-	399.658
Debêntures a pagar	15	310.852	414.446
Notas promissórias a pagar	16	501.309	501.309
Provisões	17	-	7.943
Impostos diferidos	18	-	270.349
Outros passivos		-	1.853
		812.161	1.595.558
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	79.215	79.215
Prejuízos acumulados	19.2	(2.221)	(2.221)
Total do patrimônio líquido		76.994	76.994
Total do passivo e patrimônio líquido		889.214	1.726.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novo Horizon Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Período de 17 de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora e consolidado
		2021
	Nota	
Despesas administrativas	21	(38)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(38)
Despesas financeiras	22	(2.183)
Resultado financeiro		(2.183)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.221)
Prejuízo do período		(2.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novo Horizon Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de 17 de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado
	2021
Prejuízo do período	(2.221)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	(2.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novo Horizon Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 17 de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Subscrição de capital	250.000	(250.000)	-	-
Integralização de capital (Nota 19.1)	-	79.215	-	79.215
Prejuízo do período			(2.221)	(2.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	250.000	(170.785)	(2.221)	76.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novo Horizon Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 17 de agosto de 2021 até 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado
	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(2.221)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:	
Provisão de juros sobre debêntures	852
Provisão de juros sobre notas promissórias	1.309
	(61)
<u>Variações dos ativos e passivos operacionais</u>	
Fornecedores	61
	61
Caixa líquido usados nas atividades operacionais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Pagamento na aquisição de investimentos (líquido do caixa e equivalente de caixa da aquisição)	(879.089)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(879.089)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	79.215
Captação de debêntures	310.000
Empréstimos obtidos - notas promissórias	500.000
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	889.215
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.126
 Variação do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	10.126
	10.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Novo Horizon Participações S.A. (“Controladora” ou “Companhia”), empresa do grupo Gold Power Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2021, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Rua São Tomé, nº 86/8º andar, conjunto 81 (parte), Vila Olímpia, São Paulo, SP – CEP 04.551-080.

Em 19 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil S.A. assinou um contrato de compra e venda de ações junto à Novo Horizon Participações S.A. para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do capital social, das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A..

Em 28 de dezembro de 2021, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a alienação das ações, pelo montante atualizado de R\$ 879.089, fazendo da Novo Horizon Participações S.A., a partir desta data, a controladora integral das Companhias. O laudo de aquisição foi elaborado de forma prévia por consultoria especializada (Nota 10.3).

1.1 Estrutura dos projetos

A Novo Horizon possui as seguintes subsidiárias:

a) Horizon Transmissão MA I S.A.

A Horizon Transmissão MA I S.A. (“TMAI”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede no município de Linhares no Estado do Espírito Santo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 04 de outubro de 2021 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 23 de março de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 10 meses frente ao calendário da ANEEL.

Mudança de controle acionário:

Em 19 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou um contrato de compra e venda de ações junto à Novo Horizon Participações S.A. para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do Capital social da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2021, foram cumpridas as obrigações precedentes para troca do controle

e com isso foi efetuada a alteração da denominação social, outrora EDP Transmissão S.A. para Horizon Transmissão MA I S.A.

Concessão:

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 7 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 123 km e uma subestação localizado no Estado do Maranhão.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 28/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
123 Km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 500 kV; SE 500/230/69 kV; SE 500/230 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida – RAP:

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$66.267 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 2.895 (Nota 4.2), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$80.232.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a

matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Horizon Transmissão MA II S.A.

A Horizon Transmissão MA II S.A. ("TMAII") é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede no município de São Paulo no Estado de São Paulo e foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 06 de agosto de 2020 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 04 de janeiro de 2020 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 12 meses frente ao calendário da ANEEL.

Mudança de controle acionário

Em 19 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou um contrato de compra e venda de ações junto à Novo Horizon Participações S.A. (Novo Horizon) para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do Capital social da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2021, foram cumpridas as obrigações precedentes para troca do controle e com isso foi efetuada a alteração da denominação social, outrora EDP Transmissão S.A. para Horizon Transmissão S.A.

Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 11 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 203 km e uma subestação localizado no Estado do Maranhão.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 32/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
203 km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 230 kV; SE 230/69 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida – RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$30.200 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC -, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 2.895 (Nota 4.3), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 à 30 de junho de 2022, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$36.564.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 à 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

c) Horizon Transmissão ES S.A.

A Horizon Transmissão S.A. ("TES") é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da Novo Horizon Participações S.A. (Novo Horizon), com sede no município de São Mateus no Estado do Espírito Santo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 28 de dezembro de 2018 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial, retroativo a 23 de dezembro de 2018. A sua entrada em operação foi antecipada em 20 meses frente ao calendário da ANEEL e 10 meses em relação à premissa adotada pela Companhia no leilão.

Mudança de controle acionário

Em 19 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou um contrato de compra e venda de ações junto à Novo Horizon Participações S.A. (Novo Horizon) para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do Capital social da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2021, foram cumpridas as obrigações precedentes para troca do controle e com isso foi efetuada a alteração da denominação social, outrora EDP Transmissão S.A. para Horizon Transmissão S.A.

Concessão

Em 28 de outubro de 2016 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 24 da 2ª Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote foi composto por uma linha de transmissão de 113 km e uma subestação localizada no Estado do Espírito Santo.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 21/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
113 Km	Serviço Público	Concessão	ES	LT230Kv; SE 230/138-3.8 kV	10/02/2017	09/02/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$20.718 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 2.895, foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de

2022, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$25.346.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

1.2 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (“COVID-19”).

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da Covid-19 como pandemia, devido ao seu alcance global. Desde então, medidas extraordinárias foram tomadas pelo governo e pelo setor privado com o objetivo de preservar a condição sanitária assim como a estabilidade econômica e financeira. Neste sentido, a Administração da Companhia se empenhou prioritariamente, considerando as recomendações do Ministério da Saúde, em preservar a saúde dos seus colaboradores. Diversas ações foram tomadas nesse sentido como antecipar férias, autorizar o teletrabalho para funções administrativas, suspensão de viagens, entre outras. No plano financeiro foram tomadas diversas medidas com o objetivo de preservar e reforçar o caixa das empresas, incluindo, como exemplo, as medidas oferecidas pelo governo, de postergação de tributos, assim como a postergação de parcelas de empréstimos vincendas ao longo do segundo semestre. No contexto operacional, por se tratar de atividade essencial, foram tomadas todas as medidas preventivas necessárias para a manutenção das atividades, incluindo a adoção de quarentena para os colaboradores enquadrados no grupo de risco.

A Administração avalia de forma contínua o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, tomando ações que busquem assegurar a continuidade de suas operações, zelando pela segurança, saúde e integridade de seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais envolvidos. Neste momento, não foram identificadas alterações nas circunstâncias que indicariam um risco de continuidade das operações.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de agosto de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 25.

2.3 **Mensuração do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos pelo valor contábil do caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos, despesas antecipadas, contas a pagar, adiantamento de clientes e de debêntures, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 25.

2.4 **Base de Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As práticas e políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras:

	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II
Patrimônio da investida	77.511	301.720	127.890
Percentual de investimento	100%	100%	100%
Saldo do investimento	77.511	301.720	127.890

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira do que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos inputs e outputs, teste de concentração e substantivo.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.7 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no período apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos diversos, despesas antecipadas e empréstimos a receber – partes relacionadas.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

c) Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, empréstimos e financiamentos, notas promissórias e debêntures.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

3.4 Disponibilidade da rede elétrica

Referem-se a valores a receber referente ao faturamento da RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor

faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, etende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimentos em controlada

O investimento nas controladas (TMAI, TMAII e TES) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não no resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativas na controlada.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia e suas controladas, não identificaram indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3.8 Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Debêntures

Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de colocação privada, não sendo objeto de registro perante a CVM ou a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”), conforme artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Não foi constituído agente fiduciário para a presente Emissão, nos termos do parágrafo 1º do artigo 61 da Lei das Sociedades por Ações.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.12 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, as diferenças temporárias são reconhecidas na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto suas investidas Horizon Trasmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As Companhias controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia e demais holdings do Grupo têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou

não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controlada, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2021.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.13 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 25 (IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações CPC 37, 48 e 06 (IFRS 1, IFRS 9 e IFRS 16)	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações CPC 27 (IAS 16)	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações CPC 15 (IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	10.126	18.827
Aplicações financeiras	-	44.916
	<u>10.126</u>	<u>63.743</u>

Referem-se à depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade, remuneradas a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 25.

5 Disponibilidade da rede elétrica

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>
Disponibilidade do uso da rede elétrica	16.620
	<u>16.620</u>

O saldo de R\$16.620 refere-se ao faturamento da RAP do mês de dezembro de 2021. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

O ciclo de liquidação dos títulos a receber gira em torno de 30 dias.

6 Impostos a recuperar

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>
IRPJ e CSLL	90
PIS e COFINS	151
IRRF	768
Outros	171
	<u>1.180</u>

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7 Ativos da concessão

	Consolidado
	2021
Horizon Transmissão ES S.A.	226.131
Horizon Transmissão MA I S.A.	689.778
Horizon Transmissão MA II S.A.	272.384
	<u>1.188.293</u>
Circulante	120.397
Não circulante	<u>1.067.896</u>

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11. A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto à concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pela concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a

manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão. Todos os três ativos estão em operação.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa nº 3 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais deve seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na Nota 25.2.

Remuneração dos Ativos da concessão

Os contratos de concessão das Companhias controladas possuem um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão das Companhias controladas representa 12,30% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado
	2021
Depósitos judiciais (i)	6.817
Cauções vinculados aos empréstimos (ii)	9.786
	16.603

- (i) Refere-se aos depósitos judiciais atrelados aos processos de desapropriação referente a construção da linha de transmissão.
- (ii) Refere-se aos depósitos caucionados, em garantia da dívida.

9 Outros ativos

	Consolidado
	2021
Estoque (i)	1.139
Despesas antecipadas	289
Descontos tarifários	111
Adiantamento diversos	86
	<u>1.625</u>
Circulante	<u>1.595</u>
Não circulante	<u>30</u>

- (i) Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. O montante refere-se a peças sobressalentes necessárias para reposição imediata.

10 Investimentos

10.1 Composição

		Controladora			
	Participação societária	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II	Total
Saldo em 17/08/2021		-	-	-	-
Reestruturação societária	100%	77.511	301.720	127.890	507.121
Intangíveis para concessão (i)		36.000	202.925	88.478	327.403
Goodwill		12.240	68.995	30.082	111.317
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido		(12.240)	(68.995)	(30.082)	(111.317)
Saldo em 31/12/2021		<u>113.511</u>	<u>504.645</u>	<u>216.368</u>	<u>834.524</u>

- (i) Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como intangível (Nota 11).

10.2 Informações sobre as controladas diretas

	Saldo em 31/12/2021		
	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II
Ativos circulantes	37.208	113.540	42.662
Ativos não circulantes	204.165	627.603	252.781
Passivos circulantes	39.431	31.420	27.906
Passivos não circulantes	124.431	408.003	139.647
Patrimônio líquido	77.511	301.720	127.890
Resultado	28.146	47.912	71.294

10.3 Aquisição das Companhias

Em 28 de dezembro de 2021, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a aquisição de 100% das ações, das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., pelo montante atualizado de R\$ 879.089, fazendo da Novo Horizon Participações S.A, a partir desta data, a controladora integral dessas Companhias.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos inputs e outputs, teste de concentração e substantivo. Adicionalmente, não houve contraprestação contingente ou earnout na transação de combinação de negócios.

Com a conclusão da aquisição, os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria independente especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente. O montante total pago na aquisição foi alocado provisoriamente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, bem como, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo foram reconhecidos no consolidado em contrapartida ao Goodwill. O laudo de aquisição está sendo elaborado por consultoria especializada e independente, com isso, a Administração da Companhia estima que a alocação definitiva deva ocorrer ao longo do segundo semestre de 2022, dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 (R1), item 45 e não se espera alterações significativas em relação à alocação provisória que foi realizada.

O preço de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$ 879.089. O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:

Aquisição de negócios	LOTE 7	LOTE 11	LOTE 24	TOTAL
Composição do valor de compra	TMA I	TMA II	TMA ES	
Preço inicial da aquisição	549.041	240.653	120.306	910.000
Correção CDI	20.921	9.170	4.584	34.675
Ajuste de vazamento	(45.063)	(16.523)	-	(61.586)
Ajuste de atrasos	(4.000)	-	-	(4.000)
Valor pago na aquisição	520.899	233.300	124.890	879.089

Patrimônio líquido	301.720	127.890	77.511	507.121
Valor a ser alocado na aquisição	202.925	88.478	36.000	327.403

A natureza da transação de aquisição dos ativos foi baseada no conceito de “locked box”, no qual um valor foi estabelecido como valor de base em data determinada (o “Reference Purchase Price”) e é ajustado a um certo número de variáveis preestabelecidos no contrato e cuja importância foi determinada entre as partes. Uma dessas variáveis preestabelecidas são os vazamentos, que consistem em retiradas de recursos da sociedade, dentro do período entre a data de cálculo do preço e a troca efetiva do controle. Esses vazamentos foram levantados por consultoria externa e notificados ao vendedor em 28 de junho de 2022. O vendedor tem 90 dias para explicar os vazamentos e continuar a negociação de desconto, caso existam os vazamentos, do preço com a Actis.

O balanço patrimonial das SPEs na data de transferência do controle, para fins de determinação do valor patrimonial contábil, está demonstrado a seguir:

	TES 31/12/2021	TMAI 31/12/2021	TMAII 31/12/2021
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.097	32.289	14.232
Disponibilidade da rede elétrica	3.044	9.626	
Concessionárias			3.950
Impostos a recuperar	33	24	33
Outros tributos compensáveis	244	619	227
Ativos de concessão	26.550	70.460	23.387
Despesas antecipadas		180	
Outros créditos	240	342	833
Total do ativo circulante	37.208	113.540	42.662
Cauções e depósitos vinculados	4.564	8.255	3.784
Ativos de concessão	199.581	619.318	248.997
Despesas antecipadas		30	
Imobilizado	20		
Total do ativo não circulante	204.165	627.603	252.781
Total do ativo	241.373	741.143	295.443
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores	541	10.769	5.027
Honorários e encargos a pagar			157
Impostos e contribuições a recolher	257	1.080	374
Outros tributos a recolher	159		203
Dividendos	16.253	16.932	11.379
Encargos setoriais		119	
Provisões (contingências)	367	772	2.532
Empréstimos e financiamentos	21.126	-	7.315
Outras contas a pagar	728	1.748	919
Total do passivo circulante	39.431	31.420	27.906
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	103.594	278.526	121.132
PIS e COFINS diferidos	8.216	64.332	

Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.934	62.093	17.458
Encargos setoriais		123	
Provisões	5.066	2.383	494
Outras contas a pagar	621	546	563
Total do passivo não circulante	124.431	408.003	139.647
Patrimônio líquido			
Capital social	11.689	198.817	72.625
Reserva de lucros	65.822	102.903	55.265
Total do patrimônio líquido	77.511	301.720	127.890
Total do passivo e patrimônio líquido	241.373	741.143	295.443

Abaixo a alocação provisória efetuada na aquisição:

<u>Aquisição de ativos</u>	<u>Valor</u>
Investimentos inicial	507.121
Direito de concessão - intangível	327.403
Tributos diferidos	(111.317)
Goodwill	111.317
Contraprestação paga	879.089

11 Intangível

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Direito de concessão (i)</u>	<u>Goodwill (ii)</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Adições	327.403	111.317	438.720
Saldo contábil líquido	<u>327.403</u>	<u>111.317</u>	<u>438.720</u>

- (i) O montante de R\$ 327.403 corresponde ao ágio gerado na aquisição de 100% do capital votante e social das Companhias, Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II, conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, de 17 de dezembro de 2021. O fundamento econômico desse ágio é a perspectiva de rentabilidade futura, consignada em laudo elaborado por peritos independentes. De acordo com ICPC 09, os ágios cujas perspectivas de rentabilidade futura estão fundamentadas no prazo do contrato de concessão, devendo ser amortizado linearmente pelo saldo remanescente do contrato.
- (ii) Reflexo do reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre o direito de concessão, acima descrito.

12 Tributos a recolher

	Consolidado
	2021
IRPJ e CSLL	631
PIS e COFINS	933
Tributos retidos na fonte	338
ICMS	39
Outros	132
	2.073

13 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 16.396, no consolidado, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão das controladas.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Linha de crédito

Transmissão MA I (i)	Moeda	Encargos	Vigência	Vencimentos	Consolidado 2021
Principal Banco Nordeste	R\$	IPCA + 2,2809% a.a.	05/06/2020	2022 a 2035	240.047
Juros		-	a	-	38.925
Custos de captação		-	15/07/2043	-	(446)
					278.526
Transmissão MA II (ii)	Moeda	Encargos	Vigência	Vencimentos	2021
Principal Banco Nordeste	R\$	IPCA + 2,5707% a.a.	28/06/2021	2022 a 2035	124.521
Juros		-	a	-	4.367
Custos de captação		-	15/01/2039	-	(441)
					128.447

i) Horizon Transmissão TMA I

Em 05 de junho de 2020, a Companhia controlada firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 252.056. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2020, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2021 em um montante total de R\$ 177.481.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 07 do leilão 05/2016 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,7877% a.a., com exigibilidade mensal a partir de fevereiro de 2023.

Garantias

O empréstimo conta com fiança bancária, no valor de R\$ 252.056 e depósito caucionado (Fundo de Liquidez), no montante de R\$ 3.519, em 31 de dezembro de 2021.

Covenants

O instrumento não contempla os covenants financeiros para vencimento antecipado.

ii) Horizon Transmissão TMA II

Em 28 de junho de 2021, a Companhia controlada firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 124.521. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2021, já tendo ocorrido a liberação total do valor contratado em 31 de dezembro de 2021.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 11 do leilão 05/2016 - ANEEL. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,5707% a.a., com exigibilidade mensal a partir de fevereiro de 2022 e juros trimestrais durante carência e mensal a partir de fevereiro de 2022.

Garantias

O empréstimo conta com fiança bancária, no valor de R\$ 124.521 e depósito caucionado (Fundo de Liquidez), no montante de R\$ 6.267, em 31 de dezembro de 2021.

Covenants

O instrumento não contempla os covenants financeiros para vencimento antecipado.

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo das debêntures

				Controladora
Novo Horizon Participações (i)	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2021
Debêntures - principal	R\$	IPCA + 8% a.a.	2023	310.000
Debêntures - juros		-	-	852
				<u>310.852</u>
Circulante				-
Não circulante				310.852

Consolidado				
Consolidado (i e ii)	Moeda	Encargos	Vencimentos	2021
Principal Debêntures	R\$	IPCA + 7,0267% a.a. e 8%a.a.	2022 a 2035	430.716
Juros		-	-	9.629
Custos de captação		-	-	(4.773)
				435.572
Circulante				21.126
Não circulante				414.446

i) Novo Horizon Participações S.A.

Em 20 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão privada de debêntures, conversíveis em ações da espécie subordinada, de emissão da Companhia, sem agente fiduciário e em série única. Foram emitidas 310.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 27 de dezembro de 2021.

As debêntures desta emissão poderão ser total ou parcialmente convertidas em ações ordinárias de emissão da emissora, a qualquer tempo, a critério do debenturista, mediante o envio de notificação pelo debenturista à emissora (“Notificação de Conversão Facultativa”). Dessa forma, como a Companhia entregará caixa por meio do pagamento de dividendos semestrais até a data da conversão como instrumento patrimonial, bem como, pelo fato de tal debênture não atender o critério de fixo para fixo, a classificação está sendo tratada como instrumento de dívida, sendo apresentada no passivo não circulante da Companhia.

O objetivo desta captação foi para aquisição de 100% da participação acionária das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., alienadas pela EDP Renováveis Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 8% a.a., com vencimento em 27 de dezembro de 2033.

Garantias

Alienação fiduciária das ações.

Covenants

O instrumento não contempla os covenants financeiros para vencimento antecipado.

ii) Horizon Transmissão TMA ES

Em 15 de maio de 2018, a Companhia controlada realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única. Foram emitidas 115.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 15 de maio de 2018.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0267% a.a., com exigibilidade semestral a partir de maio de 2021.

Garantias

Fiança corporativa do controlador e alienação fiduciária das ações.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento da dívida, como segue:

- (i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária; e
- (ii) Manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da controladora, apurado anualmente em dezembro.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas qualitativas e quantitativas previstas no contrato de debêntures.

16 Nota promissória

				Controladora e consolidado
Novo Horizon Participações	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2021
Notas promissórias - principal	R\$	CDI+ 2,25% a.a.	2023	500.000
Notas promissórias - juros		-	-	1.309
				501.309
Circulante				-
Não circulante				501.309

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão de 50 (cinquenta) notas promissórias, de acordo com a Instrução da CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000 (dez milhões de reais), totalizando R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 23 de dezembro de 2021.

O objetivo desta captação foi para aquisição de 100% da participação acionária das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., alienadas pela EDP Energias do Brasil S.A..

O valor nominal unitário, acrescido da remuneração, será integralmente pago pela Companhia aos titulares das notas promissórias em uma única parcela, na data de vencimento das notas promissórias, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo (conforme definido abaixo), ou de vencimento antecipado das notas promissórias em decorrência de um evento de inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme o caso.

Sobre o principal da dívida incidem 100% do CDI mais juros de 2,25% a.a., com vencimento em 23 de dezembro de 2023.

Garantias

Alienação fiduciária em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, pelo Gold Power Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento da dívida, como segue:

- (i) manter índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x (uma vez e vinte centésimos) ou superior, observado que: para os fins desta alínea, o ICSD deverá ser anualmente apurado pelos auditores independentes e verificado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que a primeira apuração do ICSD deverá ser feita com base em demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Para fins da presente Cártula, o ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras auditadas pelos auditores independentes da Emissora, em determinado período de verificação, a saber:

ICSD= (A) / (B), onde

(A) Geração de caixa da atividade

“EBITDA”: Significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora e das Afiliadas consolidado, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, relativos aos 12 (doze) últimos meses.

“Investimento Adicional”: Significa todo investimento solicitado pelo poder concedente, previstos e não previsto originalmente no Contrato de Concessão das Afiliadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, observado o quanto disposto na Cláusula XII, item (h), da cártula.

“Geração de caixa da atividade”: EBITDA - (Imposto de Renda e Contribuição Social (pagos) consolidados da Emissora e das Afiliadas + Variação da Necessidade de Capital de Giro Consolidado + Investimento Adicional).

(B) Serviço da Dívida

“Serviço da Dívida”: Significa a totalidade dos pagamentos que o devedor faz para pagar os juros e amortizações de principal correspondentes à totalidade de seus passivos onerosos (assim entendidos como dívidas no âmbito do mercado financeiro e de capitais, nacional e/ou estrangeiro, conversível ou não), relativa aos 12 (doze) últimos meses, exceto pela dívida oriunda da Debênture Conversível.

ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)

17 Provisões e depósitos judiciais (consolidado)

	Provisões		Depósitos judiciais	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	2021	2021	2021	2021
Depósitos judiciais	-	-	-	6.817
Provisões cíveis	-	7.737	-	-
Ambiental	3.671	206	-	-
	<u>3.671</u>	<u>7.943</u>	<u>-</u>	<u>6.817</u>

17.1 Provisões cíveis

As controladas TMAI, TMAII e TES são parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.2 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	Passivo	Ativo
		<u>Depósitos vinculados</u>
	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021
Cíveis	7.733	6.817
Outros	4	-
Total não circulante	<u>7.737</u>	<u>6.817</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.3 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela controladas para a construção das linhas de transmissão.

17.4 Ambiental

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia. Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais								Consolidado
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Reversão	Atualização monetária	AVP	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Circulante	10.621	62	(6.254)	(2.061)	631	140	532	3.671
Não circulante	542	-	-	-	119	77	(532)	206
	<u>11.163</u>	<u>62</u>	<u>(6.254)</u>	<u>(2.061)</u>	<u>750</u>	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>3.877</u>

18 Tributos diferidos

	Consolidado 2021
PIS e COFINS (i)	82.394
Imposto de renda e contribuição social (ii)	76.637
Imposto de renda e contribuição social sobre mais valia de aquisição (iii)	111.317
	<u>270.349</u>
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	270.349

- (i) Refere-se ao PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção com alíquota de 3,65% (Lucro Presumido, regime cumulativo), constituído no ano anterior com alíquota de 9,25% (Lucro Real, regime não-cumulativo).
- (ii) São registrados sobre a receita bruta de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

- (iii) Refere-se ao IRPJ e CSLL sobre a mais valia do direito de concessão adquirido (vide nota explicativa 10.3), correspondente à diferença entre o preço pago no investimento e o somatório dos valores do patrimônio líquido na data da aquisição, de acordo com as disposições do CPC 32.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 79.215 e está representado por 79.215.000 (setenta e nove milhões e duzentos e quinze mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1 (um real) por ação.

	<u>% Participação</u>	<u>2021</u>
Acionistas		
Gold Power Fundo de Investimentos em Participações		250.000
Multiestratégia	100%	
(-) Capital a integralizar		<u>(170.785)</u>
		<u>79.215</u>

Em 20 de dezembro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE, da mesma data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 250.000, mediante emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real).

Em 27 de dezembro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi integralizado R\$ 79.215 do capital, restando um saldo a integralizar de R\$ 170.785.

19.2 Destinação do lucro

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 não houve destinação do lucro devido a empresa ter apurado prejuízo no exercício.

20 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentou as receitas e custos consolidados devido a aquisição das Companhias controladas ter ocorrido em 28 de dezembro de 2021 e não ter tido operações relevantes da data de aquisição até o encerramento deste exercício.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

21 Despesas administrativas por natureza

	Controladora e consolidado
	2021
Despesas administrativas	
Despesas com publicações	(26)
	(26)
Despesas com serviços prestados	
Honorários de contadores	(11)
Honorários de advogados	(1)
	(12)
Total das despesas administrativas e outras despesas operacionais	(38)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentou as despesas administrativas por natureza, no consolidado, devido a aquisição das Companhias controladas ter ocorrido em 28 de dezembro de 2021 e não ter tido operações relevantes da data de aquisição até o encerramento deste exercício.

22 Resultado financeiro

	Controladora e consolidado
	2021
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures	(852)
Juros sobre notas promissórias	(1.309)
Despesas bancárias	(22)
	(2.183)
Resultado financeiro	(2.183)

23 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real e suas controladas apuram pelo lucro presumido. No exercício de 2021, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos no exercício. Ainda, a Companhia não

contabilizou o imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal, pois, não possui na controladora expectativa de lucro tributável futuro. Vide abaixo a apuração do imposto de renda da controladora:

	<u>Controladora</u> <u>2021</u>
Prejuízo antes do imposto	(2.221)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	755
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	(755)
Encargo fiscal	<u><u>-</u></u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%

24 Transações com partes relacionadas

24.1 Dividendos a receber

	<u>2021</u>
Horizon Transmissoras MA ES S/A	16.253
Horizon Transmissoras MA I S/A	16.932
Horizon Transmissoras MA II S/A	11.379
	<u><u>44.564</u></u>

24.2 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante o exercício de 2021 não houve remuneração do pessoal chave da Administração.

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

25.1 Instrumentos financeiros

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, conforme categorias abaixo:

	Níveis	Controladora		Consolidado	
		2021	2021	2021	2021
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	10.126	10.126	18.827	18.827
Disponibilidade da rede elétrica	Nível 2	-	-	16.620	16.620
Dividendos a receber	Nível 2	44.564	44.564	-	-
Depósitos judiciais	Nível 2	-	-	6.817	6.817
Cauções vinculados aos empréstimos	Nível 2	-	-	9.786	9.786
Outros ativos	Nível 2	-	-	1.625	1.625
Valor justo por meio do resultado:					
Aplicações financeiras	Nível 2	-	-	44.916	44.916
Passivos					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Contas a pagar	Nível 2	59	59	16.396	16.396
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	406.973	407.371
Notas promissórias a pagar	Nível 2	501.309	501.309	501.309	502.112
Debêntures a pagar	Nível 2	310.852	310.852	435.572	436.512

25.2 Gestão de riscos

a) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas Notas 14 a 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas as oscilações da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um impacto maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, e os cenários II e III com 25% e 50% de aumento dos riscos, respectivamente.

Operação	Consolidado				
	2021	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
				(Possível) 25%	(Remoto) 50%
Passivos financeiros					
Empréstimos BNDES	407.860	IPCA	436.859	444.109	451.358
Debêntures - TMA ES	440.345	IPCA	471.653	479.480	487.307
Debêntures - Novo Horizon	310.852	IPCA	332.953	338.478	344.004
Notas promissórias	501.309	CDI	570.239	587.471	604.704

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 13,7% a.a. e 20,6% a.a. e IPCA entre 7,1% a.a. e 10,6% a.a..

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

A seguir, está o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros na data da demonstração financeira:

Controladora	
2021	
Até 1 ano	> 1 anos
Fornecedores	59 -
Debêntures a pagar	- 310.852
Notas promissórias a pagar	- 501.309
	59 812.161
	59 812.161

Consolidado	
2021	
Até 1 ano	> 1 anos
Fornecedores	16.396 -
Empréstimos e financiamentos	7.315 399.658
Debêntures a pagar	21.126 414.446
Notas promissórias a pagar	- 501.309
	44.837 1.315.413
	44.837 1.315.413

c) Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

d) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizar seus direitos. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras

de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.126	18.827
Disponibilidade da rede elétrica	-	16.620
Depósitos judiciais	-	6.817
Cauções vinculados aos empréstimos	-	9.786
Outros ativos	-	1.625
 <u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Aplicações financeiras	-	44.916

A administração avaliou, segundo sua política de avaliação de perdas de crédito esperadas e, com base no CPC 48 (IFRS 9), conclui que o risco de crédito é remoto, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

e) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

f) Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o

desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

g) Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 27).

26 Compromissos contratuais e garantias

a) Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Consolidado				
<u>Obrigações de compra</u>	<u>2022</u>	<u>2023 a 2024</u>	<u>2025 a 2026</u>	<u>a partir de 2027</u>	<u>Total</u>
Compra de energia	1.072	746	-	-	1.818
Encargos de conexão e transporte de energia	213	254	219	1.612	2.298
Materiais e serviços	7.272	6.021	816	2.580	16.689
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	57.793	75.175	55.154	128.867	316.989
	66.350	82.196	56.189	133.059	337.794

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

<u>Obrigações de compra</u>	<u>Consolidado</u>				<u>Total</u>
	<u>2022</u>	<u>2023 a 2024</u>	<u>2025 a 2026</u>	<u>a partir de 2027</u>	
Compra de energia	1.017	789	-	-	1.806
Encargos de conexão e transporte de energia	206	275	275	2.913	3.669
Materiais e serviços	7.055	6.372	1.023	4.666	19.116
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	55.824	94.896	87.288	284.829	522.837
	<u>64.102</u>	<u>102.332</u>	<u>88.586</u>	<u>292.408</u>	<u>547.428</u>

b) Garantias

Horizon Transmissão MA I

O montante de seguro garantia, no montante de R\$ 31.061, em 31 de dezembro de 2021, tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/16 - ANEEL, e possui vigência de 26 de julho de 2017 a 08 de maio de 2023.

Horizon Transmissão MA II

O montante de seguro garantia, no montante de R\$ 10.006, em 31 de dezembro de 2021, tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/16 - ANEEL, e possui vigência de 26 de julho de 2017 a 08 de maio de 2022.

27 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

a) Horizon Transmissão MA ES

<u>Coberturas</u>	<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor em risco</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Subestações	39.081	-
Linhas de transmissão	-	-
Responsabilidade cível - engenharia	-	50.000
Seguro de vida (i)	159	-

b) Horizon Transmissão MA I

Coberturas	31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade cível - engenharia	-	50.000
Seguro de vida (i)	4.058	-

c) Horizon Transmissão MA II

Coberturas	31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	262.037	100.000
Responsabilidade cível – engenharia	-	50.000
Seguro de vida (i)	504	-

- (i) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

28 Eventos subsequentes

Distribuição de Dividendos Complementares

Foram aprovados em Reuniões do Conselho de Administração, no mês de março de 2022, em cada uma das companhias (Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A.), a distribuição de dividendos complementares no valor total de R\$ 70.584 conforme detalhamento abaixo. Os dividendos foram pagos em março de 2022.

Empresa	Dividendos
Horizon Transmissão ES S.A.	R\$ 6.884
Horizon Transmissão MA I S.A.	R\$ 52.000
Horizon Transmissão MA II S.A.	R\$ 11.700

Amortização Extraordinária Debentures

Em março de 2022, com o recebimento dos dividendos citados acima na Novo Horizon Participações S.A., foi feita uma amortização extraordinária no valor de R\$ 50.000 correspondente a 12% do saldo Nominal Unitário das Debêntures na época.

Mútuo

Em 18 de abril de 2022, foi assinado um contrato de mútuo entre a Novo Horizon Participações e a Horizon Transmissão ES S.A. no valor de R\$ 16.721, com prazo de 48 meses e remuneração de 100% do CDI. A anuência prévia da ANEEL foi solicitada em 23 de março de 2022. O objetivo do mútuo foi proporcionar recursos para cumprir o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,2x da 1ª Emissão de Debentures da Horizon Transmissão ES S.A.

Assembleia Geral de Debenturistas Horizon Transmissão ES S.A.

Em 07 de julho de 2022, foi publicada a convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), exclusivamente de forma digital e remota para ocorrer em 10 de agosto de 2022. O objetivo da AGD eram as seguintes deliberações:

- (a) a alteração da Cláusula 4.8.1 da Escritura de Emissão para a substituição do “Diário Oficial do Estado do Espírito Santo” e do jornal “A Tribuna” pelo jornal “Diário Comercial” para realização de comunicações aos debenturistas, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (b) a exclusão da necessidade de manutenção de índice financeiro em relação à Interviente Garantidora, conforme previsto na alínea “f” da Cláusula 5.2 e na Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão, com a consequente exclusão das referidas cláusulas;
- (c) a alteração da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão para a substituição do sítio eletrônico da EDP Transmissão S.A. pelo sítio eletrônico da Novo Horizon Participações S.A., na qualidade de Interviente Garantidora, o qual envolverá as demais empresas do grupo econômico;
- (d) a exclusão da obrigação de fornecimento das demonstrações financeiras consolidadas da Interviente Garantidora, conforme previsto nas alíneas “a” e “b” da Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão, com a consequente exclusão das referidas alíneas; e
- (e) em contrapartida às alterações propostas nos itens “b” e “d” acima, a inclusão de obrigação na Escritura de Emissão de, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de realização da AGD, a exclusivo critério da Companhia
 - i) constituição de cessão fiduciária sobre conta reserva (“Conta Reserva”), na qual será depositado pela Companhia valor equivalente à parcela devida a título de amortização do principal e Remuneração na data subsequente, conforme previsto na Escritura de Emissão (“PMT”), em termos e condições semelhantes ao modelo de contrato de cessão fiduciária que será incluído como anexo à ata da AGD (“Cessão Fiduciária”); ou (2) apresentação de carta de fiança bancária a ser contratada pela Companhia, equivalente ao valor de 1 (uma) PMT, com prazo mínimo de (2) anos e que deverá ser renovada anualmente durante a vigência das Debêntures (“Fiança Bancária”).
 - ii) a renúncia prévia ao direito de declarar o vencimento antecipado da Emissão, nos termos da alínea “f” da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão, caso a aprovação das alterações à Escritura de Emissão previstas nos itens “b” e “d” acima ocorra posteriormente à divulgação, pela Interviente Garantidora, dos números necessários para cálculo do índice financeiro, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, atualmente previsto na Escritura de Emissão, na forma da alínea “f” da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão, e com base em tal cálculo o Agente Fiduciário comprove a não manutenção, pela Interviente Garantidora, do índice financeiro mencionado; e
 - iii) autorizar a Companhia e a NH, em conjunto com o Agente Fiduciário a praticarem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia, inclusive a celebração (a) do aditamento à Escritura de Emissão que constará em minuta anexa à ata da AGD; e (b) do contrato que formalizará a Cessão Fiduciária, que constará em minuta anexa à ata de AGD; ou (c) carta que formalizará a Fiança Bancária, conforme aplicável.

* * *